

## CONHECIMENTO, MERCADO E LUCRO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE UNIVERSITÁRIO EM ANGOLA

**Alberto Kapitango Nguluve**

**Resumo:** O presente ensaio apresenta uma análise da grande tendência, em Angola, de expansão e consolidação da flexibilização do trabalho docente, que na prática tem-se traduzido na ausência dos direitos de trabalho e, portanto, na precarização da relação laboral. Entende-se que a política atual de trabalho, em que estão inseridas as universidades privadas angolanas, ao procurar atender, através das ações do Estado, aos diferentes interesses, dentre os quais, a busca pelo “lucro imediato”, tem condicionado o outro discurso político segundo o qual, a abertura de Angola a economia de mercado (a abertura para as iniciativas privadas, dentre estas o ensino superior), é fundamental para a diversificação, por um lado, da formação técnico profissional e científica, por outro, para a diversificação e impulsionamento do desenvolvimento social e económico daquele país. Todavia, a busca pelo lucro tem-se manifestado com mais força e tende a condicionar todo o processo de formação profissional qualificado devido a ausência de política qualificada de atração docente e do impulsionamento a investigação científica. As universidades privadas, ao enquadrarem os professores apenas como colaboradores precarizam a relação laboral e condicionam o desenvolvimento de uma formação mais eficiente e eficaz para Angola.

**Palavras-chave:** Docentes, trabalho, flexibilização, conhecimento, lucro.

### 1. Introdução

O presente ensaio resulta das análises e estudos que tem sido feitas sobre o trabalho docente nas instituições de ensino superior privado em Angola. O assunto chama atenção de pesquisadores das ciências sociais, e não, e compreendo ser importante sua análise e discussão. A precarização das relações laborais representa hoje um problema social que não se circunscreve a um único país ou território, pois resulta da maneira como o próprio sistema laboral capitalista se estrutura e se difunde pelo mundo afora. A globalização permite assim a expansão dinâmica, não só dos aspetos “positivos” que resultam deste processo de globalização, como também dos “negativos”, próprios do

sistema organizacional laboral capitalista, dentre os quais destacamos a precarização do trabalho docente, tendo por referência, nas nossas análises, o contexto angolano, espaço em que tenho atuado (a oito anos) profissionalmente como docente do ensino superior.

O professor “colaborador”<sup>1</sup>, (trabalhador “temporário”) é um profissional cuja relação laboral (contrato de trabalho) é válida por um semestre ou por um ano, dependendo da disciplina e carga horária. É uma relação de trabalho que chama atenção dadas as consequências que tal relação desencadeia (diminuição da qualidade do ensino superior). Desde o surgimento do ensino superior privado, década de 90, a exceção dos trabalhadores das áreas administrativas que tinham contratos por um tempo superior a 2 anos, os professores eram, e ainda são, todos integrados como colaboradores (professores não efetivos).

Questiona-se até que ponto este tipo de trabalho não coloca o professor na condição de trabalhador, no dizer Standing (2014a), precário, dada a ausência de um compromisso efetivo, tanto da parte do professor (ensino, pesquisa) em relação a instituição como também do lado da instituição (garantia de trabalho) em relação aos docentes; Questiona-se até que ponto não estamos em plena flexibilização e trabalho precário, mesmo que este não seja o discurso predominante; Questiona-se até que ponto esta forma de conceber o trabalho do professor não contraria o discurso de qualidade no ensino superior. O grande objetivo deste artigo é compreender as razões que terão levado as instituições de ensino superior privado a adotar esta política laboral e quais são os benefícios que a instituição obtém com esta política organizacional da relação laboral.

O presente ensaio está organizado, além da introdução e conclusão, em três pontos fundamentais: o primeiro voltado a uma reflexão sintética histórica sobre o ensino superior e seu enquadramento a economia de mercado em Angola; em segundo lugar uma análise mais concentrada na questão da precarização, como tal, do trabalho docente universitário e, finalmente o terceiro ponto voltado compreensão da relação

---

<sup>11</sup> Chamam-se professores colaboradores todos os professores cujo contracto laboral tem a duração de um semestre ou um ano conforme a disciplina que leciona. Todos os semestres ou ano letivo estes tem de efetuar outro contrato, caso haja turma para o mesmo.

entre ensino, o mercado e lucro, procurando com isso entende em que medida a predominância da busca pelo lucro pode condicionar a qualidade do ensino superior.

## 2. Ensino superior em Angola

Tal como nos alegou a história, segundo Kajibanga (2000), a *primeira geração* de universitários africanos é caracterizada pela dimensão cultural de desenvolvimento, a *segunda* é caracterizada pelo ideal colonial, constituída por universidades que surgem no período colonial. Em “África sob domínio português, o ensino superior surgiria apenas, a partir de 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, integrados na Universidade Portuguesa” (Kajibanga, 2000:124) e a *terceira geração* de universitários africanos surgiu com o advento das independências nacionais (década de 70). Tratava-se de instituições da fase pós-colonial, preocupadas com o cultivo de uma nova conceção, autodefinição e liberdade de pensamento.

Na década de 60, quando os Chefes de Estados e Governos manifestaram a preocupação em compreender e definir o papel específico do Ensino Superior em África definiu-se como objetivo fundamental da universidade, a formação do capital humano que permitisse, de forma acelerada, o desenvolvimento do continente africano. Segundo Mazula<sup>2</sup> (2007:18), o objetivo da Universidade foi “corporizado em três áreas de concentração pela Associação das Universidades Africanas: 1ª) a paz, a resolução de conflitos e boa governação; 2ª) a erradicação da pobreza e a criação do bem-estar social”; 3ª) o combate às doenças endémicas. Ao definir desta forma as áreas, definia-se também os objetivos do Plano Estratégico para os 10 anos seguintes, e os “indicadores de avaliação da relevância e da qualidade do ensino, da investigação e de outros serviços das Universidades Africanas” (*Ibidem*, 2007:19). Procurou-se também assumir a ideia de que a universidade é uma academia – centro de cultura filosófica, literária, científica e lugar de pesquisa ativa.

Em Angola, foi a partir da reforma geral de ensino (2001) que redefiniram-se tanto a estrutura como as finalidades o ensino superior. Na LBSE/2001 (Lei de Bases do Sistema de Educação) o bacharelato (formação de curta duração, 3 anos) foi concebido para

---

<sup>2</sup> Brazão Mazula. “A Universidade Africana na Perspetiva da Esteira Bantu”, 2007. Texto proferido no dia da Universidade Africana aos 10 de Novembro de 2007 nas instalações da Universidade Independente Angola.

levar o “estudante a aquisição de conhecimentos científicos para o exercício de uma atividade prática no domínio profissional”. A licenciatura que corresponde a uma formação mais alargada de quatro a seis anos, dependendo do curso, tem como objetivo a “aquisição de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentais dentro do ramo do conhecimento respetivo e a subsequente formação profissional ou académica específica” (Art.38º da LBSE, 2001). A pós-graduação<sup>3</sup> (mestrado académico) visa essencialmente o desenvolvimento de competências técnico-profissionais do indivíduo. A pós-graduação profissional, que compreende a especialização de um ano de duração, visa proporcionar uma formação e aperfeiçoamento técnico-profissional do licenciado. E, finalmente, o doutoramento tem por objetivo proporcionar, segundo o parágrafo sexto do art.39º da LBSE (2001) a “formação científica, tecnológica ou humanista ampla e profunda aos candidatos diplomados em cursos de licenciatura e/ou mestrado”.

Quanto a organização e funcionamento do subsistema de ensino superior por parte do Estado, começa em 2001 com a aprovação do “*Estatuto das Instituições de Ensino Superior*” Decreto nº.35/01, de 8 de Junho que orientava não só as instituições públicas como também as privadas. Alguns anos depois, (2004) aquele decreto foi substituído pelo Decreto nº.65/04 de 22 de Outubro, ainda com a preocupação maior em orientar as instituições superiores privados nos processos e condições para o seu reconhecimento e creditação. Recentemente aquele decreto foi substituído pelo Decreto nº.90/09 que, além dos aspetos de ordem organizacional, legalização, estruturação trata também da separação de poderes, na gestão institucional, entre a entidade promotora e a equipa gestora da universidade privada. Aponta ainda o número mínimo de docentes efetivos que as universidades privadas devem ter para permitir um funcionamento estável.

Segundo o artigo nº.96 daquele decreto, “o quadro de pessoal docente das instituições de ensino superior deve ser constituído por, pelo menos 40-60% de docentes em regime de efetividade, cujo horizonte temporal para a sua materialização é determinado por despacho do órgão de tutela” (art. nº.96 do Decreto nº.90/09). Porém, o cumprimento desta orientação ainda não tem sido acatado por parte das

---

<sup>3</sup> Apesar de constar na lei geral de ensino, em Angola, ainda não se realiza regularmente o curso de mestrados e doutoramentos. As iniciativas de especialização, mestrado ou doutoramento dão-se em colaboração com universidades estrangeiras que assumem, em grande, a parte letiva das aulas .

instituições privados. Tem-se tratado da elaboração do projeto nacional do plano de carreira docente universitária. Este plano destina-se aos docentes efetivos, neste sentido mais ligado a docentes da função pública do que das instituições superiores privadas.

Como se pode compreender, a preocupação em alargar o ensino superior, através das políticas de privatização, aparece num momento em que Angola saía da política económica centralizada, planificada (socialista) para a economia de mercado (capitalista). Neste sentido o ensino superior privado surge como resposta à necessidade de aumento do pessoal qualificado no país e também como resposta a um “mercado” ainda não explorado. Atender ao número elevado de “clientes” que até então não tiveram possibilidades de ingressar ao ensino superior por falta de mais universidades (públicas ou privadas). O investimento privado, ao ensino superior, é feito na lógica de mercado e lucro e procura atender ao “novo contexto” social que requer do homem trabalhador um saber “qualificado” para lidar com situações complexas, próprias da economia capitalista e de uma sociedade globalizada.

Autores, como Gremaud (2003), que analisam a relação entre formação e desenvolvimento económico têm demonstrado a estreita relação entre crescimento económico e nível educacional e a “alta correlação entre nível educacional de um país e nível de renda *per capita*” (Gremaud, *et al* 2003:500); outros têm indicado a educação como “importante fator explicativo das taxas de crescimento da renda nacional” (*Ibidem*, 2003:500). O que se pode perceber da lógica por trás dos resultados destes trabalhos é que, países como Angola apresentam escassez relativamente alta de mão-de-obra qualificada. Em função disso, argumenta-se que sem esta mão-de-obra, que somente pode obter-se por meio da formação profissional, não seria possível o crescimento e “desenvolvimento” da economia.

Tem-se defendido também o aumento do investimento financeiro como forma de ampliar, além da oferta de trabalho, a formação de futuros trabalhadores. Busca-se medidas de ampliação da formação de profissionais especializados para a melhoria da força de trabalho, criação de uma “liderança intelectual” apta a preencher os cargos oferecidos nos sectores públicos e privados, criação de um tipo de treinamento e de uma educação que eliminasse o analfabetismo e habilitasse a força de trabalho e, ao mesmo tempo, a qualificasse para as atividades “modernas”.

Entendo que a análise do papel do ensino superior, no processo de desenvolvimento económico, não pode restringir-se ao simples aumento de número dos formados, que podem ou não estar devidamente enquadrados no mercado de trabalho, dada a concorrência existente e, pelo fato do enquadramento dos formados depender das competências e habilidades que estes terão desenvolvido durante a sua formação profissional. Precisamos olhar e analisar o papel da educação superior na relação com a distribuição dos benefícios do crescimento económico. Ampliar as vagas, nesta lógica de ensino superior privado, não significa reduzir o diferencial existente entre a mão-de-obra especializada e a mão-de-obra não-especialista. Trata-se de uma visão mecanicista pensar que, uma vez, ampliadas as vagas o mercado por si se encarregaria de reduzir as desigualdades sociais, pois o sistema de ensino superior, neste momento, por si só seria “incapaz” de ser agente de eliminação das desigualdades sociais.

### **3. A precarização do trabalho docente**

O fenómeno “professor colaborador” surge em Angola, justamente com a expansão do ensino privado na década de 90. Até então existia a classe de professores efetivos do ensino público, com contrato laboral por tempo indeterminado e com as devidas “garantias” sociais. A expansão do ensino superior privado surge num contexto económico de mercado e é estruturado tendo em conta a lógica de mercado, mesmo que, por definição, neste nível de ensino se coloque como meta a formação profissional superior.

Vejamos porque então da precarização do trabalho docente. As universidades privadas ao contratarem professores colaboradores para as suas aulas, possibilita-as ter maior margem de manobra da relação contratual de trabalho docente em todos os semestres, ao mesmo tempo que deixa de ter compromissos laborais, de efetividade, com qualquer professor. Ao enquadrar professores na condição de colaboradores esta deixa de preocupar-se com situações salariais em períodos ou dias sem aulas, o que permite maior lucro á instituição.

Todavia, está maneira de pensar e organizar o trabalho trás consequências negativas a instituição, pois a universidade fica limitada em materializar aquilo que, por definição, caracteriza o ensino superior: a realização da pesquisa, ensino e extensão. A pesquisa

para ser realizada, a instituição precisa, não só de infraestruturas como também e sobretudo, professores efetivos, permanentes que desenvolvam programas de pesquisa que dão corpo e constitui a razão de ser da universidade. Razão esta contrariada pela lógica de funcionamento mercadológico que procura não ter compromisso com o professor.

Não havendo compromisso com o professor, este também manifestará pouco compromisso com a instituição e as consequências manifestam-se na formação dos novos sujeitos profissionais, o que pode desembocar na ausência da qualidade de formação superior, pois trata-se de uma lógica de trabalho que coloca o professor a ter que lecionar em mais de duas instituições para conseguir ter uma carga horária que o permita, ao final do mês, reunir valor “aceitável” para seu sustento.

Porque olhar os professores nestas condições como parte do que Standing (2014) chama de precariado? É justamente pelo facto deste grupo de trabalhadores não reunir, segundo Standing (2014a), os direitos sociais e laborais que a classe trabalhadora, conhecida como o proletariado havia conquistado. Este grupo de professores encontra-se numa situação de insegurança na medida em que todos os semestres ou ano letivo necessita contactar a instituição para saber da existência ou não de uma vaga e de carga horária para ele. Ao final de cada semestre o professor não tem certeza se continuará ou não naquela instituição de ensino.

Standing (2014b) aponta a década de 80 como a fase em que a classe operária teria deixado de ter a dimensão e a “perspetiva progressista necessária ao desempenho desse papel. Foi, durante muitas décadas, uma força positiva, mas chegou a uma situação de impasse em resultado do seu laborismo intrínseco, ao querer o maior número de pessoas possível com “empregos” e ao associar direitos sociais e económicos à prestação de trabalho” (Standing, 2014b:09). É classe trabalhadora, na lógica do proletariado, aquela que apresenta estabilidade no trabalho e reúne os direitos contratuais sociais, com um Estado-providência que se inspira na lógica do trabalho estável.

Entende-se que uma classe não define-se apenas pelo tipo de rendimento, ou seja, não é o rendimento, por si só, que define uma classe. Standing apresenta-nos sete tipos de classes. As duas de topo: a plutocracia restrita que detém uma riqueza e poder associado ao capital financeiro no âmbito internacional; e a outra mais no plano

nacional, seria uma espécie de plutocracia nacional (2014b:10). A plutocracia “funcionam como classe dominante efetiva, quase hegemónica no seu presente estatuto. Eles corporizam o Estado neoliberal, manipulando os políticos e os meios de comunicação” Standing (2014b:2), enquanto por outro lado, “as agências financeiras cuidam para que as regras se lhes mantenham favoráveis” (*Ibidem*, 2014b:11)

Abaixo das duas acima mencionadas o autor apresenta o grupo salariado “grupo com segurança de emprego a longo prazo, salários elevados e amplas regalias ao nível da relação empresarial. Os seus membros ocupam as burocracias do Estado e os escalões mais elevados das grandes companhias” (Standing, 2014b:11). O autor aponta ainda os chamados *Proficians*, grupo que “ganha a vida como consultores, “empresários” independentes e em atividades afins. Estes, auferem rendimentos elevados, mas vivem no limite e numa constante exposição a riscos morais, infringindo muitas vezes a lei sem quaisquer reservas” (Standing, 2014b:11). É abaixo destas quatro classes que o autor situa o velho proletariado. Grupo com um rendimento médio, que está, segundo o autor, num “processo rápido de retração em todo o mundo” (*ibidem*, 2014b:11).

“Aquilo que dele resta irá perdurar, mas falta-lhe a força para fazer avançar ou impor a sua agenda no domínio político, ou sequer para assustar o capital com reivindicações. Os Estado-providências e os regimes dos chamados “direitos laborais” foram feitos para eles, mas não para os que se situam mais abaixo na estrutura de classes” (Standing, 2014b:11)

Chegamos ao ponto-chave da nossa discussão que é a classe de professores colaboradores como “precariado”. Segundo Standing, o precariado é uma classe-em-construção. Seu trabalho é de natureza “frágil e instável, andando associado à casualização, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego e a esse novo fenómeno de massas chamado *crowd-sourcing*” (Standing, 2014b:12). É nesta que se enquadra a condição da classe de professores colaboradores que aqui estou a tratar.

Diferente do professor efetivo, o colaborador não tem qualquer segurança de continuidade e, por isso, quando aparece a possibilidade de ter carga horária maior assume com a “certeza” de que em breve não terá. O professor tem a consciência de que, por exemplo, nos meses de Janeiro e Fevereiro – tempo em que não aulas, não

receberá algum valor por parte da instituição. Durante o ano letivo, seu salário não é estável, depende sempre do número de horas de aulas dadas.

Estamos diante da condição de “trabalhador” “não-trabalhador”. É trabalhador pois a sociedade em geral conhece-o como professor e neste sentido é “trabalhador”, não é trabalhador na medida em que este não tem vínculo laboral com a instituição em que colabora, não reúne os direitos sociais<sup>4</sup> que caracterizam um trabalhador efetivo. O professor percebe melhor sua condição quando entende, por exemplo, fazer algum empréstimo ao banco ou viagem que exija apresentar um documento que comprove a regularidade salarial e vínculo laboral.

É por esta classe de professor não ter qualquer “compromisso” com a instituição, onde leciona, que coloca a instituição de ensino a não atingir o que caracteriza fundamentalmente a universidade: realizar pesquisa. Esta requer tempo, dedicação e presença de professor que assuma o trabalho de investigação. Ao não ter compromisso com a instituição está sujeito a mudar a qualquer momento de instituição sem peso de consciência e não está muito preocupado com a instituição como tal. Por exemplo, durante os anos de trabalho como coordenador de curso, notava que quando a instituição convocava uma reunião de professores a presença era sempre maior na reunião que ocorre ao início do semestre, data em que se distribui os horários e cargas horárias, comparadas as outras atividades ou reuniões que ocorrerem durante o ano letivo. Ora, professor nestas condições “não prende nenhum sentimento de lealdade nem de compromisso em relação a um e outro. O precariado vê o emprego como algo de instrumental, não como algo capaz de determinar toda uma vida” (Standing 2014b:13/4).

A vida de incerteza no trabalho do professor colaborador prejudica não só os próprios professores como também impedem o avanço das universidades privadas ao caminho de uma formação eficaz e eficiente que traria para Angola resultados de melhoria da condição social.

Esta “tendência” das universidades privadas, e não só, trabalharem com professores colaboradores mostra claramente a intenção, própria de um sistema de produção

---

<sup>4</sup> É considerado trabalhador precário, segundo Standing (2014a:34) todo o trabalhador que não tem segurança no mercado de trabalho, segurança de emprego ao nível laboral, segurança profissional, segurança no trabalho, segurança na reprodução e desenvolvimento de competências, segurança de rendimento e de representação.

capitalista: reduzir o número de funcionários efetivos, não ter compromissos sociais e custos quando a universidade tiver que reduzir professores por insuficiência de turmas. São políticas que dão maiores margens de lucros na medida em que permitem, sob o discurso da flexibilização profissional, pensar apenas salários a parir de horas trabalhadas em sala de aula sem qualquer outro custo adicional, que um trabalhador efetivo demandaria, ao passo que o estudante paga integralmente todos os meses, com ou sem feriados, com ou sem pausa por motivos vários como: semana académica<sup>5</sup> e férias semestrais.

#### **4. Ensino, mercado e lucro**

Dentre os vários objetivos que o Decreto nº.90/09 apresenta para o ensino superior angolano, destaco aqui, para análise, os primeiros três:

“Preparar quadros com formação científica-técnica e cultural em ramos ou especialidades correspondentes a áreas diferenciadas do conhecimento; Realizar a formação em estreita ligação com a investigação científica orientada para a solução de problemas postos em cada momento pelo desenvolvimento do país e inserida no quadro do progresso da ciência, da técnica e da tecnologia; Preparar e assegurar o exercício da reflexão crítica e da participação da produção” (Decreto nº.90/09, art.4).

Um olhar atento a estes objetivos coloca-nos de fato a entender que desafios que se colocam diante da universidade, pública ou privada, são vários e requeem estratégia eficientes para que sejam enfrentados. Porém se procurarmos olhar o ensino superior a partir da lógica de mercado, entenderemos rapidamente que aqueles objetivos apontados pelo decreto nº.90/09 podem mesmo não sair do papel. No atual contexto angolano tal nota-se, primeiro pelas relações de poder político estabelecidas e segundo pelas relações económicas de propriedades existente, o que leva o ministério do ensino superior a não conseguir materializar ou tornar exequível a política (ideais) do ensino superior expresso por aquele decreto.

---

<sup>5</sup> Semana académica – semana em que realizam-se atividades como palestras relacionadas aos cursos ou atividades de integração dos novos estudantes.

Numa economia de mercado e de luta pelo lucro as condições de produção requeridas no sistema capitalista vão desde a educação escolar e familiar à manutenção da ordem ou do meio social. Enquanto na empresa o trabalho realizado destina-se à produção de bens ou de serviços, o trabalho doméstico destina-se exclusivamente a colaborar, segundo Bernardo (1985) em duas operações:

“A reconstituição da força de trabalho assalariada e a produção de uma nova força de trabalho. Quer dizer, o trabalho doméstico incide na reprodução alargada da força de trabalho proletária de geração para geração, mediante a conservação da força de trabalho existente já produzida e a criação e educação de filhas e filhos, que irão ser a nova força de trabalho” (Bernardo, 1985:87).

Na perspetiva do sistema de economia de mercado, a aula não é outra coisa, senão o processo de trabalho do professor, e a qualificação que lhe é exigida, o seu produto. Ao capitalista interessa a qualificação do professor, isto é, a capacidade de trabalho, importante para a produção e reprodução. Desta forma a escola não só é produtora - da qualificação /capacidade de trabalho - como também é o produto.

A educação do futuro trabalhador altera-se constantemente em função das novas relações de trabalho, construídas no sistema de produção, e da complexidade destas relações, que exigem um trabalhador profissional flexível e apto para os novos contextos aborais. Todavia, a educação está ligada às condições familiares (capital económico e de classe), que permitem ascender mais ou menos na escala de trabalho unido às habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. O capital económico familiar influencia na decisão ou na escolha, por exemplo, do tipo de formação que o novo trabalhador deverá receber e o seu enquadramento social. Neste sentido fica difícil pensar que todo trabalhador, a partir do momento que recebe a formação superior, estará qualificado e consequentemente desenvolvido social e economicamente, pois esta relação não é linear. Como afirma Lúcia Bruno (1996),

“A relação existente entre educação, qualificação e desenvolvimento económico não é de nenhuma forma linear, e para compreendê-la em sua dinâmica, hoje, é necessário considerar não apenas os diferentes padrões de acumulação de capital que presidem o desenvolvimento económico de diferentes países e regiões, mas também as transformações sem precedentes pelas quais vêm passando o capitalismo desde a década de 70” (Bruno, 1996:91).

Pensar o ensino superior a partir da lógica de mercado condiciona o trabalho da universidade e leva esta a separar-se do propósito de uma formação e educação do homem como fim. Perde-se a ideia do homem que não pode ser tratado como meio por possuir uma dignidade, e passa-se a priorizar o *homo faber*, desvinculado do homem pensante, feito da relação teoria/prática e vice-versa.

A universidade ao ser compreendida como local de conhecimento refinado e pesquisa deixaria de estar subjugado ao mercado e ao lucro segundo os padrões empresariais, o que obrigaria a mudar as relações laborais com os professores e, conseqüentemente, a possível melhoria do sistema de ensino superior. É neste sentido que os desafios do ensino superior angolano estariam voltados a “proporcionar aos cidadãos uma possibilidade real de acesso ao conhecimento, rompendo as barreiras que decorrem de um elevado analfabetismo em relação as tecnologias da informação” (Simão, [et all] 2005:28) e, tendo em conta a conjuntura económica e política atual de Angola coloca-se também como desafio para o ensino superior (publico e privado) “a garantia de um equilíbrio criativo entre a economia de globalização e uma economia de proximidade, pois esta é condição necessária a uma correta aproximação ou inserção nos países mais desenvolvidos, na luta competitiva de economias de escala” (Simão, [et all] 2005:28). Isto obriga a que as universidades tenham capacidade de atratividade, qualidade e responsabilidade social e consigam responder aos desígnios daqueles que procuram pelos serviços destas instituições de ensino superior.

A Universidade torna-se especial, por ser lugar onde existe um cuidado permanente em disseminar o trabalho com o conhecimento. A força da universidade está na capacidade de gerar um conhecimento especial, habilidade em trabalhar com ele e, principalmente, competência em formar e educar pessoas para continuarem a executar ambas as tarefas. Segundo Cruz, (2006) a força da universidade, sua característica mais singular, está na aliança entre educação e avanço do conhecimento.

Entendo que deve incentivar-se a pesquisa básica – importante instrumento, pois ajuda o estudante a formar-se e permite-lhe treinar a mente de maneira eficaz; a pesquisa aplicada e de desenvolvimento tecnológico. Existem dois aspetos que normalmente se confrontam no ensino superior; vincular o ensino 1) à pesquisa desinteressada, essencial ao desenvolvimento humano ou 2) ao mercado de trabalho – preocupação com a formação de “capital” humano. A superação dessa oposição

depende, além da política do Estado e seu envolvimento com o ensino e pesquisa, da forma como estiver organizado o ensino superior distinguindo “o que depende do investimento público imaterial, a longo prazo, e o que depende de uma oferta de formação que busque responder a uma demanda exequível” (Blondel. *In*; Delores, 2005:189). E como afirma, Wanderley (1994:77), “não se pode simplesmente subordinar a política educacional aos ditames do mercado económico e de trabalho, mas formar homens capazes de efetuar a mudança mental e técnica pretendida”.

### **5.Uma palavra final**

Do exposto aqui neste ensaio se pode concluir que, o ensino superior privado resultou da lógica de mercado e lucro, conceção “reducionista” do papel do ensino superior. O ensino superior privado não foi “pensado”, na verdade, resultou da exploração desenfreada, uma oportunidade de negócio, em que se procurou e procura maximizar os lucros. Houve e há uma ausência de programa estruturado<sup>6</sup>.

As relações e objetivos da educação no sistema de produção capitalista e os pressupostos filosóficos e políticos de formação visam, acima de tudo, preparar a mão-de-obra “qualificada”, para o aumento da produção e por consequência aumentar lucro. O foco do sucesso é o indivíduo que busca para si a vitória e seu bem-estar, daí a necessidade, por parte das universidades lidarem individualmente com cada docente.

O ensino superior privado ao ser pensado na logica de mercado se transforma em instrumento de manutenção da força de trabalho “especializada”, mas tal pode não responder ao equilíbrio social (diminuição das desigualdades economias e sociais). A dificuldade resulta do tipo de relação laboral estabelecida entre a universidade e o professor, que torna impossível a intenção de formação profissional qualificada e a realização da pesquisa.

O desenvolvimento está ligado ao conhecimento científico e cultural, elementos que impulsionam o avanço da sociedade. É sobre a base da investigação científica e do

---

<sup>6</sup> Em Angola, as universidades privadas surgem antes do Estado ter regulamentos suficientes que pudessem nortear o pleno funcionamento das mesmas. Foi depois de já estarem em funcionamento, que o Estado colocou-se a pensar em normas para o reconhecimento, funcionamento e organização das mesmas.

desenvolvimento cultural humano que assenta a necessidade de uma política de ensino superior de qualidade, que encontra nela mesma a justificativa de seu fim último.

Neste sentido podemos entender o desenvolvimento da ciência como a via pela qual o homem poderá obter clareza de suas ações políticas e sociais, e quanto mais prática científica se efetiva, maior a contribuição para o desenvolvimento de diferentes racionalidades. O ritmo de desenvolvimento científico e tecnológico requer uma inovação constante, que se dá pela pesquisa e a inovação depende, em parte, da demanda que a sociedade apresenta, da política educacional, do incentivo ao desenvolvimento humano e científico. A inovação leva à transformação do conhecimento em bens e serviços que atendem às necessidades da sociedade.

## 6. Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo (2000), *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 2ª. Ed. São Paulo, Boitempo Editorial.
- BERNARDO, João (1998), *Estado: A silenciosa multiplicação do Poder*, São Paulo: Escrituras Editoras.
- BRUNO, Lúcia E. N. Barreto (1996), "Educação, qualificação e desenvolvimento económico". In: \_\_\_\_\_(Org). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*, São Paulo: Edit. Atlas S.A.
- CRUZ, Carlos H. De Brito (2006), "Pesquisa e Universidade", In; João E. Steiner e Gerhard Malnic (orgs), *Ensino Superior: Conceito e Dinâmica*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- DELORES, Jacques (2001), *Educação: um tesouro a descobrir*, 6ªed., São Paulo, Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2001) Decreto nº.35/01, *Estatuto das Instituições de ensino Superior*, I Série – Nº.26, Sexta-feira, 08 de Junho de 2001.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2001), I Série nº 65. *Lei de Bases do Sistema de Educação Nº13/01*. Luanda – Angola: Dezembro.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2004) Decreto nº.65/04, *Alteração do Decreto nº.35/01, de 08 de Junho, que aprova o Estatuto das Instituições de ensino Superior*, I Série – Nº.85, Sexta-feira, 22 de Outubro de 2004.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2007) Resolução nº.04/07, *Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*, I Série – Nº.15, Sexta-feira, 02 de Fevereiro de 2007.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2009) Decreto nº.90/09, *Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de ensino Superior*, I Série – Nº.237, Terça-feira, 15 de Dezembro de 2009.
- GREMAUD, Amaury Patrick [et al] (2003), *Manual de economia*, 4ª.ed. São Paulo: Saraiva.

- KAJIBANGA, Victor (2000), "Educação e Níveis de Ensino: O papel do Ensino Superior", In: 1ª. SEMANA SOCIAL NACIONAL 99, *Educação para uma cultura de paz*, De 23 a 28 de Novembro de 1999, Luanda, CEAST.
- SIMÃO, José Veiga; SANTOS, Sérgio Machado dos; COSTA, António de Almeida (2005) *Ambição para a excelência: a oportunidade de Bolonha*, Lisboa, Gradiva.
- STANDING, Guy (2014a), *O precariado: anova classe perigosa*, Trad. Carlos Braga e Ana Maria Braga, 1ª.ed. Lisboa, Editorial Presença.
- STANDING, Guy (2014b), "O precariado e a luta de classes", in: Revista Crítica de Ciências Sociais (RCS), *Trabalho, precariedade e rebeliões sociais*, nº.103, Maio, Centro de Estudos de Ciências sociais (CES), 09-24.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W (1994), *O que é Universidade*, 9ª ed. São Paulo, Edit. Brasiliense, (Coleção, Primeiros Passos).